

Colóquio Turismo de Natureza

Confederação do Turismo Português

REFLEXÃO SOBRE O MODELO DE GESTÃO DA REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS

Análise, constatações e recomendações

José Guerreiro

Escola de Hotelaria e Turismo

Lisboa, 28 de outubro, 2016



A CONSTATAÇÃO

- A Rede Nacional de **Áreas Protegidas** abrange cerca de 8% do território (correspondendo a aproximadamente 700.000 ha em território terrestre continental, a que acrescem 54.000 ha em meio marinho).
- As Áreas Protegidas, da montanha ao litoral, afirmaram-se como uma parte inalienável da **Identidade Nacional**, transversalmente interiorizada pela sociedade.
- Contudo, há um percepção de uma crescente fragilidade na sustentabilidade das AP's, um deslaçar da confiança e proximidade com as comunidades locais e, sobretudo, um sentimento de ausência do devido retorno pelo serviço ambiental para as populações residentes nas AP's.



A ANÁLISE

- A gestão de uma Rede Nacional de Áreas Protegidas no século XXI carece de uma profunda mudança de paradigma, que assente numa estrutura funcionando em rede, baseada nos recursos naturais vitais, no seu estado de conservação na valorização do seu património paisagístico e cultural, em benefício das comunidades e promovendo a economia e bem estar social.
- Este novo paradigma depende de uma trilogia de fatores:
 1. *modelo de governança e participação efetiva das comunidades locais;*
 2. *modelo de sustentabilidade financeira das AP's;*
 3. *modelo socioeconómico e de valorização do património natural, paisagístico e cultural.*
- O sucesso destes modelos é vital para uma boa gestão destas áreas e desenvolvimento económico-social nas AP's.
- A discussão acerca da necessidade deste novo paradigma não foi feita na sociedade portuguesa e não tem sido devidamente considerada no debate político, mantendo-se um sistema mais próximo do Sec. XIX do que do Sec. XXI.



**MAS,
SERÁ UM PROBLEMA SÓ
NACIONAL?**



RECOMENDAÇÕES



1. MODELO DE GOVERNANÇA DE ÁREAS PROTEGIDAS

- Adotar uma via de desconcentração e de democratização, com um envolvimento maior e mais direto dos stakeholders na governança das AP, em particular no que se refere às autarquias e às comunidades intermunicipais (CIM), em articulação com as CCDR.
- Ponderar a possibilidade de gestão de certas tipologias de AP por entidades terceiras, estabelecendo-se as necessárias parcerias para tal, seja por contrato, seja através de eventuais com entidades privadas.
- Flexibilidade e diversidade no modelo de gestão das AP's.
- Retomar, uma política de governança de proximidade da unidade de gestão das AP, assegurando a intervenção dos stakeholders desde fases iniciais dos processos decisórios conducentes a estratégias de gestão
- Restabelecer a liderança através da figura de um “Diretor de Área Protegida” responsável pela sua gestão mas, sobretudo, pela interlocução de proximidade.



A mudança de paradigma no financiamento da Conservação da Natureza



Sustainable Financing of Protected Areas

A global review of challenges and options

Lucy Emerson, Joshua Bishop and Lee Thomas



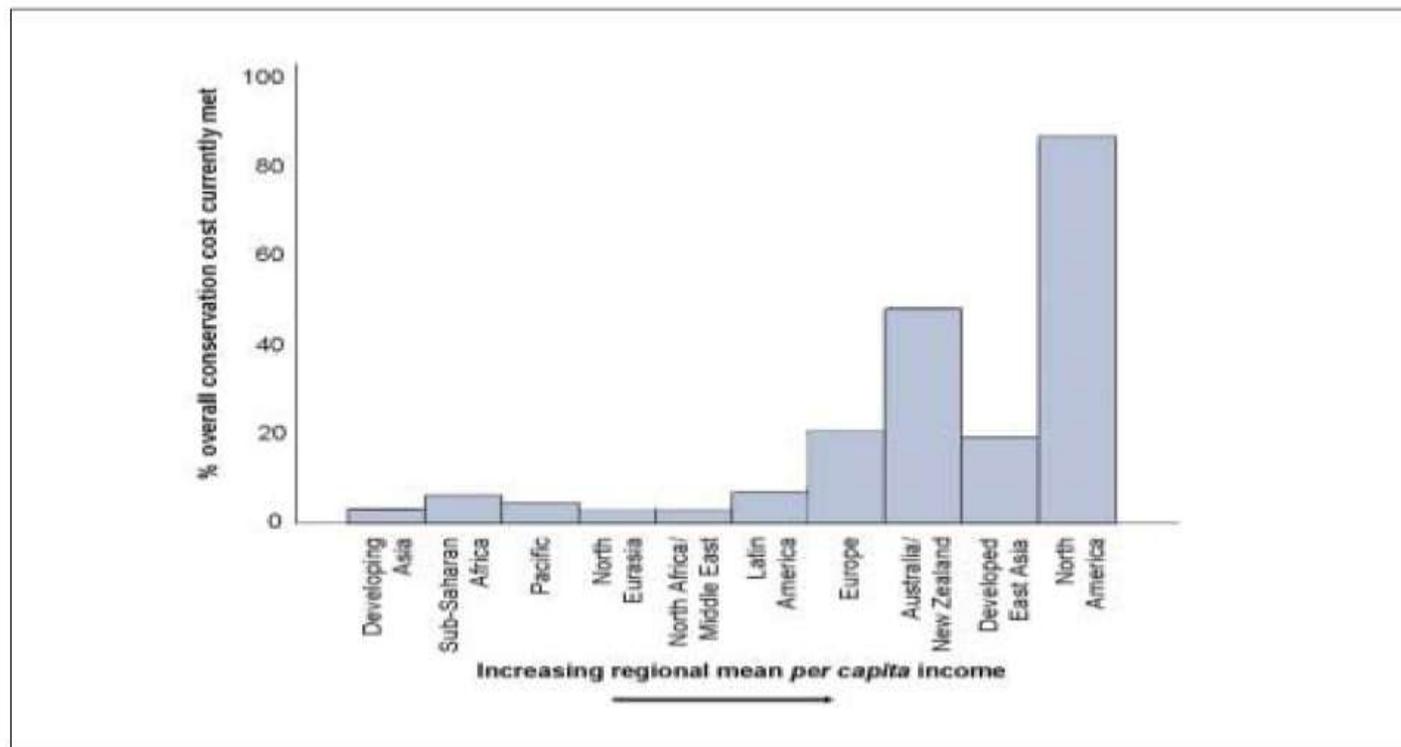
Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 13



- Many PAs are under-funded and likely to remain so under current conditions
- Increasing funding of PAs is not just a demand, it is an obligation
- Building PA capacity for financial and business planning is essential
- Sustainable PA finance requires supportive policy and market conditions
- Sustainable PA finance requires support from a wide range of actors
- Funding is only as sustainable and effective as the PA management system it supports
- PA authorities should construct financial portfolios incorporating a diversity of funding sources and a multiplicity of beneficiaries

A sub-orçamentação da Conservação da Natureza

The PA financing gap



A mudança de paradigma no financiamento da Conservação da Natureza



RECOMENDAÇÕES



2. MODELO DE FINANCIAMENTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

- Construir um portfólio de fontes de financiamento e garantir a sua operacionalização por via de taxas, concessões, licenças e pagamentos dos serviços ambientais e fundos específicos, aspeto profundamente imbricado com o desenvolvimento das atividades económicas do “**Hipercluster Património Natural**”.
- Incluir nesse portfólio um “plano de negócios” adequado às características específicas de cada AP, mas baseado num quadro integrado de nível nacional a desenvolver entre, pelo menos, os setores governamentais do Ambiente, da Economia e das Finanças.
- Afetar às Áreas Protegidas, em condições a analisar, as mais-valias originadas por Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN), ou outros de natureza idêntica a criar no futuro, localizados em AP.



DEFINIR E ESTRUTURAR O HIPERCLUSTER DO PATRIMÓNIO NATURAL



O caso Turismo de Natureza como um dos sustentáculos financeiros das AP's



EUROPA UM DESTINO DE TURISMO DE NATUREZA?



Itália	Espanha	França	Irlanda
--------	---------	--------	---------



- Toscana
- Alpes
- Piemonteses
- Dolomites
- Abruzzo
- Lagos do Norte
- Sicilia



- Andaluzia
- Norte
- Pirinéus
- Extremadura
- Galiza



- Midi-Pirinéus
- A cadeia dos Puy
- Bretanha
- Provença-Alpes
- Ródano-Alpes



- Shannon
- Causeway Coast
- Glens
- North West and Lakelands
- Ring of Kerry
- Wicklow Mountains
- Midlands

A procura de viagens internacionais de turismo de natureza representa 22 milhões de viagens de uma ou mais noites de duração, i.e., 9% do total de viagens de lazer realizadas pelos europeus. As tendências apontam para um crescimento nos próximos anos a 7% / ano. A média de pernoita são 4 noites.

CONSTATAÇÕES



- O Programa Nacional de Turismo de Natureza, lançado em 1999, pressupunha uma série de mecanismos e de investimentos que, por um lado, permitiriam infraestruturar os Parques Naturais (portas de entrada, centros de receção, interpretação, percursos, áreas turísticas definidas, alojamento tipificado, etc.) e, por outro, mecanismos de incentivos financeiros previstos no então Programa Operacional da Economia. Mais tarde, o próprio Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT II) vem a reconhecer o Turismo de Natureza como um dos 10 produtos estratégicos.
- O ICN lança em 2006 um estudo para inventariar as necessidades estruturais em cada uma das AP, enquanto se criava a marca **Parques de Portugal**.
- *A verdade é que nada saiu do papel em termos de estruturação e promoção profissional de um produto como o Turismo de Natureza.*
- A única atividade que se disseminou, e a jusante, foram as micro e, por vezes, nano empresas de animação turística: o registo de 2015 do Turismo de Portugal possui 523 empresas de Animação Turística certificadas para Turismo de Natureza, estimando-se que tenham criado cerca de 1600 postos de trabalho diretos, se inferirmos a média de 2 a 3 postos de trabalho efetivos por empresa.
- Acrescem algumas unidades de Turismo de Natureza, manifestamente insuficientes dado que são apenas 15 para todo o país, segundo registo ICNF de 2016.
- *A restante parte estruturante da operação continua adiada por indefinição e/ou inação política.*



CONSTATAÇÕES

OUTDOOR'S

Outdoor's a 3km de cada AP (Exemplos):

Dentro de 3km Parque Natural da Serra de S. Mamede!
Serra de S.Mamede Natural Park in 3km!

Visite também / Visit also:
Parque Natural do Tejo Internacional
(direção Castelo Branco direction > 50km)
Parque Natural da Serra da Estrela
(direção Castelo Branco/Guarda direction > 100km)

Criado pela natureza, trabalhado pelo Homem, para ser visitado por si. Proteja-o!
Created by Nature, crafted by man, for you to visit. Protect it!

www.parquesdeportugal.pt

Dentro de 3km Parque Nacional da Peneda-Gerês
Peneda-Gerês National Park in 3km!

Visite também / Visit also:
Parque Natural Litoral Norte
(direção Guimarães/Vila do Conde direction > 40km)
Parque Natural do Alvão
(direção Vila Real direction > 70km)

Criado pela natureza, trabalhado pelo Homem, para ser visitado por si. Proteja-o!
Created by Nature, crafted by man, for you to visit. Protect it!

www.parquesdeportugal.pt

Dentro de 3km Reserva Natural do Estuário do Sado
Estuário do Sado Reserve in 3km!

Visite também / Visit also:
Parque Natural da Arrábida
(direção Costa da Caparica direction > 30km)
Reserva Natural Lagoas de St. André e da Sancha
(direção Sines direction > 100km)

Criado pela natureza, trabalhado pelo Homem, para ser visitado por si. Proteja-o!
Created by Nature, crafted by man, for you to visit. Protect it!

www.parquesdeportugal.pt

OUTDOOR'S

Outdoor's nas entradas de cada AP (Exemplos):

Está a entrar no Parque Natural da Serra de S. Mamede!
You are now entering the Serra de S.Mamede Natural Park!

Criado pela natureza, trabalhado pelo homem, para ser visitado por si. Proteja-o!
Created by Nature, crafted by man, for you to visit. Protect it!

www.parquesdeportugal.pt

Está a entrar no Parque Nacional da Peneda-Gerês!
You are now entering the Peneda-Gerês National Park!

Criado pela natureza, trabalhado pelo Homem, para ser visitado por si. Proteja-o!
Created by Nature, crafted by man, for you to visit. Protect it!

www.parquesdeportugal.pt

Está a entrar na Reserva Natural do Estuário do Sado!
You are now entering the Estuário do Sado Reserve!

Criado pela natureza, trabalhado pelo homem, para ser visitado por si. Proteja-o!
Created by Nature, crafted by man, for you to visit. Protect it!

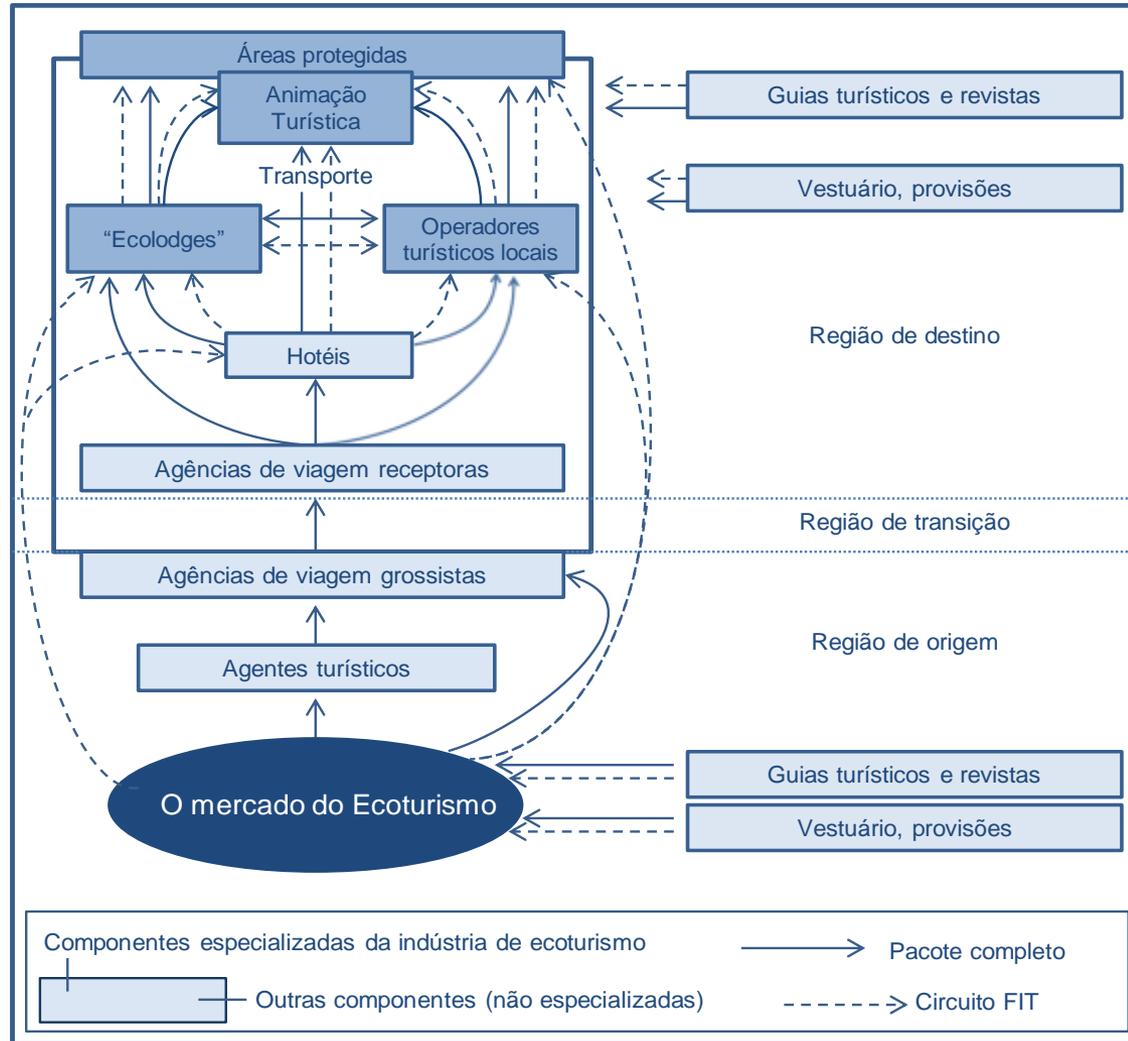
www.parquesdeportugal.pt

PORTUGAL É UM DESTINO DE TURISMO DE NATUREZA?

PAÍS EMISSOR	Sim, muito adequado + Sim, o suficiente (%)	Sim, muito adequado (%)	Sim, o suficiente (%)	Um pouco (%)	Não é adequado (%)
Itália	91,1	43,9	47,2	8,3	0,7
Espanha	83,4	36,9	36,9	14	2,7
França	74,6	26,3	48,3	20,7	4,7
Holanda	59,5	16,1	43,4	29,1	11,4
Alemanha	55,5	23,1	32,4	34,8	9,7
Reino Unido	26,4	5,5	20,9	45,7	28

Perceção de Portugal como destino adequado para Turismo de Natureza. *Inquérito aos consumidores nos principais mercados europeus*. Fonte: Turismo de Portugal (2006).

O modelo de negócio do Ecoturismo/Turismo de Natureza



As fontes de receita clássicas do TN em AP's



Tipo de taxa	Descrição
Taxa de entrada	Permite o acesso a locais para além do portão de entrada.
Taxas de recreação	Taxas para programas de lazer e serviços.
Taxas de utilização	Taxas para uso de instalações dentro de áreas protegidas; Ex. estacionamento, campismo, centros de visitação, utilização de barco, uso de abrigo, etc.
Taxas de concessão	Encargos ou partes de receitas pagas pelas concessionárias que prestam serviços aos visitantes de áreas protegidas e unidades hoteleiras
Venda de <i>merchandising</i>	Receitas provenientes da venda de produtos, artesanatos e lembranças.
Venda de alimentos	Rendimentos provenientes de mercearias e restaurantes.
Alojamento	Receitas provenientes do campismo e do alojamento operados pelo parque.
Licenças e autorizações	Para empresas privadas a operar na zona da área protegida; Ex. operadores turísticos, guias e outros utilizadores.
Taxas	Taxas de alojamento, taxas de aeroporto e taxas de veículos.
Taxas de locação e arrendamento	Encargos de arrendamento ou de locação de zonas ou equipamentos do parque.
Donativos voluntários	Inclui dinheiro, qualquer presente “em género” e trabalho voluntário, muitas vezes através de grupos de amigos do parque.

RECOMENDAÇÕES

3. MODELO DE SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÓMICA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL DE ÁREAS PROTEGIDAS

- Atribuir prioridade política ao Turismo de Natureza, um domínio mais maduro em termos de conhecimento e de experiência, incluindo a constituição de uma equipa de missão com os parceiros institucionais necessários, definindo um calendário de ações prioritárias.
- Desenvolver a promoção do empreendedorismo “natural” e do incentivo ao emprego jovem nas atividades decorrentes do desenvolvimento do Hipercluster património natural.
- Operacionalizar tipologias de apoios, incentivos ou contrapartidas, financeiras, fiscais ou outras, que abranjam empresas cujas atividades reforcem os ativos naturais das AP ou os proprietários cujos bens, designadamente prédios rústicos, estejam abrangidos por limitações estabelecidas nos respetivos POAP.



A MACROQUESTÃO POLÍTICA DE FUNDO

A necessária reforma estrutural ultrapassa em muito a reforma administrativa de qualquer instituição em particular, exigindo um acordo prévio alargado, tanto social como político, eventualmente *através de um quadro legal de bases*, que estabilize um entendimento comum da sociedade portuguesa sobre a sustentabilidade e a integridade da RNAP e que identifique claramente o papel e as funções de cada tipo de AP, considerando que a designação genérica de AP induz uma perceção geral e uniforme que não se coaduna com a diversidade de funções e especificidades de cada uma delas.



**FIM,
OBRIGADO!**